



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:
(JAIR MENEGUELLI E PAULO ROCHA)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:
Democratiza a gestão dos Serviços Sociais Autônomos e dá outras providências.

DESPACHO:
19/05/2000 - (

PL. 2.896/00
NOVO DESPACHO: (21/06/2001)

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, E DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
(ART. 54) - ART. 24,II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:
AO ARQUIVO, EM 12/06/00

REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____

PROJETO DE LEI Nº 2.896 DE 2000

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.896, DE 2000
(DOS SRS. JAIR MENEGUELLI E PAULO ROCHA)



Democratiza a gestão dos Serviços Sociais Autônomos e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO)

PL 2.896/00
NOVO DESPACHO (21/06 2001)

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, E DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
(ART. 54) - ART. 24, II)



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os Serviços Sociais Autônomos, SENAI, Sesi, Sest, Senac, Sesc, Sebrae e Senar, passam a ser dirigidos em todos os aspectos de sua administração por Conselho Deliberativo composto de nove membros assim definidos:

- I - 3 (três) representantes dos trabalhadores;
- II - 3 (três) representantes dos empregadores;
- III - 1 (um) representante do Ministério do Trabalho;
- IV - 1 (um) representante do Ministério da Educação;

§ 1º - Os representantes dos trabalhadores serão indicados pelas Centrais Sindicais;

§ 2º - Os representantes dos empregadores serão indicados pelas respectivas Confederações;

§ 3º - O representante do Ministério da Educação e do Trabalho serão indicados pelos respectivos Ministros.

Art. 2º - O mandato de cada conselheiro será de 2 (dois) anos.

Art. 3º - A presidência dos Serviços Autônomos de que trata esta Lei, terá mandato de um ano, devendo ser rotativa entre representantes das entidades de empregadores e de trabalhadores e eleita pelo respectivo Conselho Deliberativo.

Art. 4º - Compete ao Conselho Deliberativo Nacional de cada entidade gerir e deliberar sobre as seguintes matérias:

- I - Nomear e exonerar, a qualquer tempo, a diretoria executiva;
- II - Aprovar a previsão orçamentária e acompanhar sua execução;
- III - Definir as metas, programas e o planejamento de ações da entidade;
- IV - Solicitar, de forma individual ou por decisão de seu pleno, informações sobre qualquer aspecto da administração da entidade.

Art. 5º - Os Conselhos Deliberativos Estaduais terão a seguinte composição:

- I - 3 (três) representantes dos trabalhadores;
- II - 3 (três) representantes dos empregadores;
- III - 1 (um) representante do Governo do Estado;
- IV - 1 (um) representante do Ministério do Trabalho.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in black ink.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



§ 1º - Os representantes dos trabalhadores serão indicados pelas Centrais Sindicais que disporem de estrutura no Estado;

§ 2º - Os representantes dos empregadores serão indicados pelas respectivas Federações;

§ 3º - O representante do Ministério do Trabalho será indicado pelo Ministro do Trabalho;

§ 4º - O representante do Governo Estadual será indicado pelo respectivo Governador.

Art. 6º . Aplicam-se o disposto nos art. 2º, 3º e 4º desta lei aos Conselhos Deliberativos Estaduais, no âmbito de suas competências.

Art. 7º . A indicação de representantes de que tratam os art. 1º e 5º deverão ser realizadas dentro de trinta dias a contar da publicação da presente Lei, devendo a partir disto ser instalado o respectivo Conselho com qualquer número de representantes.

Art. 8º . Da data de publicação da presente lei até a posse do respectivo Conselho Deliberativo, ficam proibidas as respectivas diretorias de promoverem doações, comodatos, ou qualquer tipo de alienação de patrimônio, celebrarem contratos com vigência superior a noventa dias sob pena de responsabilidade penal e civil na forma da Lei.

Art. 9º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os serviços sociais autônomos de que trata o presente projeto de lei são responsáveis por grande parte da formação profissional no Brasil. Os recursos que os financiam têm natureza pública, sendo cobrados compulsoriamente sobre a folha de pagamento de qualquer empreendimento.

Sua gestão, no entanto, ainda reflete a época em que foram criados, com forte conotação corporativa de natureza privada. Hoje, apenas as federações e confederações empresarias tem ingerência efetiva sobre o perfil da formação profissional brasileira e sua gestão administrativa.

É urgente portanto dotar esses importantes serviços de forma de gestão compatível com nossa época e a experiência de democratização que o País viveu nesse período.

A proposta ora encaminhada prevê a participação igualitária dos empregadores (que já participavam da gestão destes órgãos) , dos trabalhadores (clientela e fim último dos seus serviços) e do estado, que deve por princípio buscar articular os diversos setores sociais e compatibilizar as metas, programas e métodos dos serviços com as demais iniciativas na área do emprego, tais como seguridade e recolocação profissional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



O modelo de gestão ora encaminhado, apresentado inicialmente em 1996 pelo ex-Deputado Miguel Rosseto, é o que está em vigência na gestão de outros fundos com a mesma natureza como é o caso do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), cujo objetivo é o de propiciar a transparência e eficiência na aplicação do dinheiro público.

Por fim, deixamos claro que o projeto de alguma se presta a enfraquecer os Serviços existentes. Mas, pelo contrário, deve com o envolvimento de todos os setores sociais e a sinergia com outros programas da área, potencializar em muito a contribuição que estes ainda poderão dar ao País.

Sala das Sessões, 8 de abril de 2000.


Jair Meneguelli
Deputado Federal


Paulo Rocha
Deputado Federal

Lote: 80
PL N° 2896/2000
Caixa: 123
4

PLENÁRIO RECEBIDO
Em 25/04/2008 16:30
Nome J. F.
Ponto 3861



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado PAULO LIMA

Dei-ro. Publique-se.

Em 14/02/01


PRESIDENTE

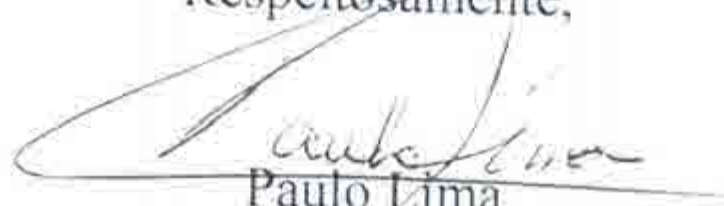


Brasília, 01 de fevereiro de 2001

REQUERIMENTO

O Deputado Federal Paulo Lima (PMDB/SP), abaixo assinado, requer a Vossa Excelência a retirada do Projeto de Lei 1133, de 1999, de sua autoria, cujo teor trata da democratização dos serviços sociais autônomos e dá outras providências.

Respeitosamente,


Paulo Lima
Deputado Federal

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília - DF



CÂMARA DOS DEPUTADOS



PL. 2896/00

Às Comissões: Art. 24, II
Educação, Cultura e Desporto
Trabalho, de Administração e Serviço Público
Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54, RI)

Em 24 / 03 / 01


AÉCIO NEVES
Presidente



Documento : pl.028962000 - 1

CÂMARA DOS DEPUTADOS
ERRATA



(Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente)

ONDE SE LÊ:

PROJETO DE LEI Nº 2.896, DE 2000
(JAIR MENEGUELLI E PAULO ROCHA)

Democratiza a gestão dos Serviços Sociais Autônomos e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.133, DE 1999)

LEIA-SE:

PROJETO DE LEI Nº 2.896, DE 2000
(JAIR MENEGUELLI E PAULO ROCHA)

Democratiza a gestão dos Serviços Sociais Autônomos e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)



CÂMARA DOS DEPUTADOS


COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 2.896 DE 2000

Nos termos do art. 119, "caput", I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas ao projeto, a partir de 27 de abril de 2001, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, 07 de maio de 2001


Carla Rodrigues de Medeiros
Secretária

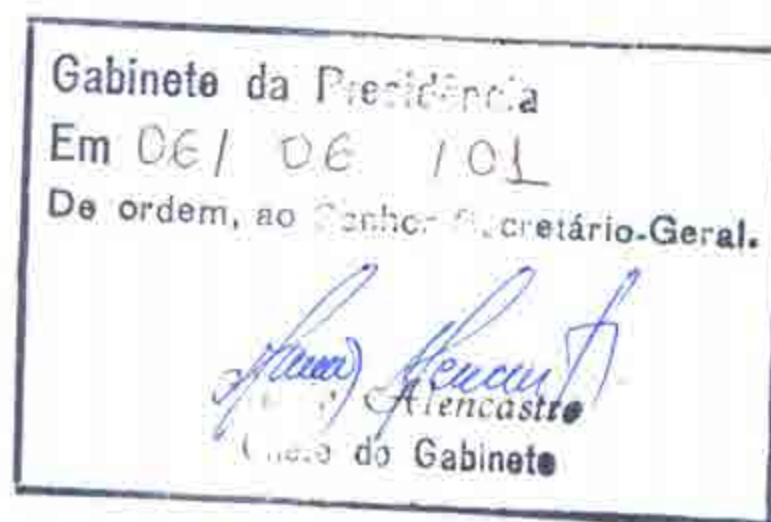


CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Ofício n.º P- 87/2001

Brasília, 5 de junho de 2001



Senhor Presidente,

Solicito de V.Ex.^a, nos termos dos arts. 55, caput, e 141, do Regimento Interno da Casa, providências no sentido de ser excluída, no despacho inicial do Projeto de Lei n.º 2.896/2000, dos Srs. Jair Meneguelli e Paulo Rocha, que "democratiza a gestão dos Serviços Sociais Autônomos e dá outras providências, a Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Atenciosamente,


Deputado WALFRIDO MARES GUIA
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Deputado Aécio Neves
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Lote: 80
Caixa: 123
PL N° 2896/2000
9

SECRETARIA GERAL DA Presidência	
Processo: 00000000000000000000	
0	Presidência
1	06/06/01
2	17:10
Ass: <i>Amgela</i>	Ponto: 3491

Senhor Presidente,

Reportando-me ao Ofício nº P-87/2001, datado de 5 de junho do corrente ano, contendo solicitação de revisão do despacho inicial apostado ao Projeto de Lei nº 2.896/00, que *democratiza a gestão dos Serviços Sociais Autônomos e dá outras providências*, para exclusão dessa Comissão, informo a Vossa Excelência que, sobre o assunto, exarei o seguinte despacho:

"Defiro. Revejo, nos termos do art. 141 do RICD, o despacho inicial apostado ao PL nº 2.896/00 para excluir a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, mantendo-se as demais Comissões indicadas no despacho. Oficie-se e, após, publique-se."

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.


AÉCIO NEVES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **WALFRIDO MARES GUIA**
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto
N E S T A





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ref.Of.P-87/2001-CECD

Defiro. Revejo, nos termos do art. 141 do RICD, o despacho inicial aposto ao PL nº 2.896/00 para excluir a Comissão de Educação, Cultura e Deporto, mantendo-se as demais Comissões indicadas no despacho. Oficie-se e, após, publique-se.

Em: 21/06/01


AÉCIO NEVES
Presidente



Documento : 2326 - 1

CÂMARA DOS DEPUTADOS
E R R A T A

(Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente)

ONDE SE LÊ:

PROJETO DE LEI Nº 2.896, DE 2000
(JAIR MENEGUELLI E PAULO ROCHA)

Democratiza a gestão dos Serviços Sociais Autônomos e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

LEIA-SE:

PROJETO DE LEI Nº 2.896, DE 2000
(JAIR MENEGUELLI E PAULO ROCHA)

Democratiza a gestão dos Serviços Sociais Autônomos e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24,II)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 2.896/00

Nos termos do art. 119, **caput**, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 14/08/2001, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, em 22 de agosto de 2001.


Anamélia Ribeiro Correia de Araújo
Secretária



Câmara dos Deputados

(26)

REQ 313/2003

Autor: Paulo Rocha

**Data da
Apresentação:** 26/02/2003


Ementa: Requer o desarquivamento das proposições que menciona.

**Forma de
Apreciação:**

Despacho: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o desarquivamento das seguintes proposições: PL-646/1991, PL-930/1995, PL-2264/1996, PL-3876/1997, PL-4124/1998, PL-4203/1998, PL-14/1999, PL-16/1999, PL-19/1999, PL-26/1999, PL-27/1999, PL-28/1999, PL-29/1999, PL-30/1999, PL-32/1999, PL-33/1999, PL-35/1999, PL-36/1999, PL-43/1999, PL-45/1999, PL-2896/2000, PL-5786/2001, PL-6233/2002, PL-6311/2002, PL-6376/2002, PL-6541/2002, PL-6669/2002, PL-6686/2002 e PL-6808/2002. INDEFIRO o desarquivamento das proposições PEC-232/1995, PL-18/1999, PL-34/1999, PL-37/1999, PL-39/1999, PL-41/1999, PL-476/1999, PL-1106/1999, PL-3757/1997, PL-4454/1998 e PL-6625/2002, tendo em vista que não foram arquivadas. INDEFIRO, também, o desarquivamento do PL-645/1991, pois foi arquivado definitivamente. INDEFIRO, ainda, o desarquivamento do PL-15/1999, que foi retirado pelo autor, bem como das proposições PL-25/1999 e PL-3462/2000, que já tiveram as respectivas tramitações esgotadas. Por fim, DECLARO PREJUDICADO o requerimento em relação às proposições PL-20/1999, PL-40/1999, PL-5149/2001, PL-5177/2001 e PL-5221/2001, em virtude de já terem sido desarquivadas nesta legislatura. Oficie-se e, após, publique-se.

**Regime de
tramitação:**

Em 05 / 05 / 2003


JOÃO PAULO CUNHA
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO
(Do Sr. Paulo Rocha)

313/13

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex^a o desarquivamento das seguintes proposições por mim apresentadas em legislaturas passadas:

PEC 232/95	PL 645/91
PL 14/99	PL 646/91
PL 15/99	PL 930/95
PL 16/99	PL 1106/99
PL 18/99	PL 2264/96
PL 19/99	PL 2896/00
PL 20/99	PL 3462/00
PL 25/99	PL 3757/97
PL 26/99	PL 3876/97
PL 27/99	PL 4124/98
PL 28/99	PL 4203/98
PL 29/99	PL 4454/98
PL 30/99	PL 5149/01
PL 32/99	PL 5177/01
PL 33/99	PL 5221/01
PL 34/99	PL 5786/01
PL 35/99	PL 6233/02
PL 36/99	PL 6311/02
PL 37/99	PL 6376/02
PL 39/99	PL 6541/02
PL 40/99	PL 6625/02
PL 41/99	PL 6669/02
PL 43/99	PL 6686/02
PL 45/99	PL 6808/02
PL 476/99	

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2003.


Deputado Paulo Rocha

26/02/03



5639082D22



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQ. 825/03 – Dep Paulo Rocha

Defiro a retirada do Projeto de Lei n.º 2.896, de 2000, nos termos do art. 114, inciso VII, do RICD. Publique-se.

Em: 08 / 08 / 03

JOÃO PAULO CUNHA

Presidente



Documento : 19397 - 1



REQUERIMENTO
(Do Sr. PAULO ROCHA)

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 104, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a Retirada de Tramitação, a partir desta data, do Projeto de Lei número 2896/2000, que democratiza a gestão dos serviços autônomos e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 2003


Deputado Federal PAULO ROCHA
PT/PA



C126869534